

AValiação NA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma reflexão sobre os desafios da prática docente

Eliane Vita dos Santos de Sá¹

Gabriella Augusto Marinho²

Lilian Pereira Menenguci³

RESUMO

A finalidade deste artigo é trazer discussões sobre a avaliação na Educação Infantil, bem como apontar os desafios enfrentados pelos professores na prática avaliativa de crianças pequenas ao tentarem se desprender de métodos tradicionais de ensino, que não priorizam a construção do conhecimento dessas crianças no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa. Para a coleta de dados, se utilizou da aplicação de questionário com perguntas abertas, com o intuito de analisar como se dá a avaliação na Educação Infantil na percepção de profissionais que nela atuam. Cinco profissionais, entre professoras e pedagogas, que atuam em Centros Municipais de Educação Infantil localizados na Região Metropolitana da Grande Vitória, participaram do estudo. Além disso, a pesquisa também contou com análise de documentos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Base Nacional Comum Curricular (2017) e outros. Autores como Cipriano Carlos Luckesi (2011), Jussara Maria Lerch Hoffmann (1998; 2003; 2004; 2013) e Regina Célia Cazaux Haydt (2008), fundamentam o trabalho. O estudo aponta para a necessidade da avaliação, enquanto ferramenta processual e permanente, ser concebida como possibilidade de diagnóstico, tanto da criança quanto do trabalho docente, com o objetivo de subsidiar a mediação pedagógica.

Palavras-chave: Educação Infantil. Professores. Avaliação. Prática.

Introdução

O presente artigo tem o objetivo de identificar os principais desafios dos professores em trabalhar com práticas avaliativas não tradicionais em pleno século XXI na Educação Infantil. Nesse pensamento, buscamos conhecer e analisar como se dá a avaliação na Educação Infantil na percepção de profissionais que nela atuam. Para tanto, a relevância da temática se deu por meio de observações realizadas durante os estágios supervisionados exigidos para a formação acadêmica. Observamos a postura de professores, constatando que alguns nem sempre registravam o desenvolvimento da criança, como sugere o processo avaliativo. Considerando que o educando é um sujeito histórico e de direito, o professor precisa ponderar as experiências extraescolares ao avaliar seu aluno, a fim de adotar uma avaliação significativa que não avalie somente o comportamento, mas o educando como todo.

Estudos apontam que a avaliação escolar é decorrente de um contexto histórico, voltada somente para atribuir notas ou valores ao processo de ensino aprendizagem, considerando, apenas, a quantidade de conhecimento obtido pelo aluno e desconsiderando a construção qualitativa do conhecimento.

De acordo com Luckesi (2011), o termo avaliar provém etimologicamente do latim *avalere*, que quer dizer “dar valor a”. No entanto, utilizam-se dessa ferramenta para verificar, medir, classificar, rotular e não para assessorar o estudante em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Nesse sentido, o professor, ao avaliar seu aluno, deve levar em consideração as potencialidades e especificidades de cada um, de maneira que seja respeitada a diversidade do grupo.

O ato de avaliar faz parte do processo educativo, sendo uma prática empregada pelo professor para registrar informações sobre o desenvolvimento do educando. Logo, torna-se necessário que o professor, além de conhecimento teórico, tenha sensibilidade ao observar seus alunos, enquanto sujeitos históricos, que se desenvolvem de maneira diversificada e em tempos diferentes, decorrente de uma cultura vivida e que não pode ser banalizada dentro da escola, visto que esse é um ambiente de construção e transformação.

Nos Centros de Educação Infantil, a prática normativa utilizada para avaliar a criança é o registro, que pode ser feito por meio de portfólio, gravação de áudios e/ou vídeos, dentre outros. Nota-se que, apesar de tal registro poder ser feito de várias maneiras, o que acontece, com mais frequência, é registrar utilizando-se o relatório que, por sua vez, avalia os pequenos identificando suas características comportamentais, não sendo perceptível, muitas vezes, o interesse pelas singularidades e especificidades deles, ignorando os aspectos sociais e culturais. Com isso, abandona-se a individualidade da criança unificando seu desenvolvimento de forma coletiva.

Devido à abrangência do tema, abordamos os desafios enfrentados por professores ao avaliarem crianças de 0 a 5 anos de idade. Nesse contexto, buscamos analisar o processo avaliativo na Educação Infantil na percepção de profissionais que atuam nessa etapa de ensino, a fim de contribuir para a superação do tradicional, direcionando a atenção para práticas docente que contemplem o desenvolvimento integral das crianças, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e sócio afetivo.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa. Para a coleta de dados, se utilizou de questionários com perguntas abertas. Cinco profissionais da Educação Infantil, que atuam em Centros Municipais localizados na Região Metropolitana da Grande Vitória, participaram da pesquisa.

Na primeira seção do texto, intitulada “*Fundamentação Teórica*” apresentamos informações e argumentos para fundamentar teoricamente o trabalho tanto quanto uma breve contextualização histórica da Educação Infantil e seus aspectos legais, as concepções de avaliação nessa primeira etapa da Educação Básica, bem como o que discorre a Base Nacional Comum Curricular sobre a avaliação na Educação Infantil. Na segunda seção, “*Metodologia*”, são abordados os aspectos metodológicos da pesquisa. Na seção “*Apresentação e Análise dos Dados*”, são apresentados os dados e o resultado da análise.

A partir deste estudo, esperamos trazer reflexões e discussões acerca da avaliação na Educação Infantil, bem como apontar os desafios enfrentados pelos professores na prática avaliativa de crianças pequenas ao tentarem se desprender de métodos tradicionais de ensino, que não priorizam a construção do conhecimento dessas

crianças no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

1. Fundamentação Teórica

1.1. Contextualização Histórica e Legal

O início da história da Educação Infantil é marcado pelo caráter assistencialista. Seu objetivo era cuidar, suprimindo, apenas, as necessidades básicas das crianças.

A partir da Revolução Industrial, com o princípio da modernização, onde as mulheres começaram a se inserir no mercado de trabalho, surgem as creches no Brasil, uma vez que as mulheres precisavam de um lugar para deixar as crianças. Apesar do surgimento das creches ter sido considerado um avanço nesse momento da história, a educação da criança pequena, nesse contexto, tinha, na maioria das vezes, caráter compensatório e não era tratada com a seriedade que deveria.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a educação passa a ser reconhecida como um direito de todas as crianças e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ainda na década de 1990, os direitos da criança foram concretizados com a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90.

E, enfim, com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), de 1996, a educação infantil é reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica.

Contudo, a LDB (1996) explicita que a avaliação tem a função de investigar o desempenho do aluno, bem como nortear a prática do professor, possibilitando a ação de intervenção quando necessária. O ato de avaliar é um processo contínuo em que deve-se priorizar os aspectos qualitativos que contemplem o desenvolvimento e aprendizagens desses sujeitos.

A LDB, Lei nº 9.394/96, inicialmente não estava comprometida com a universalização da Educação Básica. No entanto, surgiram muitas mudanças e alterações que trouxeram maior planejamento, investimento e políticas públicas que beneficiaram a educação brasileira como um todo. A perspectiva de maior oferta tornou-se uma

realidade, em abril de 2013, com a Lei nº 12.796/13 que previa uma alteração significativa na LDB desde sua criação em 1996.

Portanto, de acordo com o artigo 31 da referida Lei, a Educação Infantil passou por uma reorganização, pois a frequência passa a ser obrigatória, onde a criança deverá frequentar 60% de horas no total; com carga horária mínima de 800 horas e no mínimo 200 dias letivos; podendo ser ofertada em turno parcial, de no mínimo 4 horas diárias, ou integral, de 7 horas; a avaliação será mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, ou seja, sem retenção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental; expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. Outra alteração está descrita no artigo 6º que atribui aos pais e responsáveis o dever de matricular as crianças em uma instituição de ensino a partir dos 4 anos de idade.

Em função disso, surgiram exigências com as escolas de Educação Infantil. Sistematizou-se não somente o controle de frequência, como também, prontuários para acompanhar o desenvolvimento e a aprendizagem da criança.

Nesta etapa, o processo de avaliação passa a ser um processo de acompanhamento permanente do aluno. Isso requer, por parte do profissional da educação, cuidado ao realizá-la. Uma avaliação não condizente com os objetivos propostos e que não tenha relação com o contexto social do aluno, pode construir ou desconstruir a percepção que o mesmo tem do mundo. Nesse sentido, no que se refere à avaliação na Educação Infantil, teoria e prática devem fazer parte da formação continuada do profissional que nela atua.

Em conformidade com a LDB (1996) e com a BNCC (2017) é definido o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo de todas as etapas da Educação Básica, inclusive na Educação Infantil.

1.2. Concepções de Avaliação na Educação Infantil

As concepções relativas à Educação Infantil foram sendo modificadas com o decorrer dos anos e somente na década de 1980 obtém-se um progresso em

relação à educação da criança, pois se iniciam pesquisas para debater a função das creches e

pré-escolas, bem como elaboração de leis que garantam o direito das crianças à educação, demonstrando o que, realmente, essa etapa representa para o desenvolvimento humano.

Posteriormente, surgiram indagações e buscou-se o conceito do que seria avaliação da aprendizagem de crianças nessa etapa de ensino. Luckesi, nesse sentido, nos questiona sobre o que significa, então, aprender a avaliar. Neste estudo, entende-se que aprender a avaliar implica, antes, em aprender e apreender a teoria acerca do tema. Ao mesmo tempo, contudo, essa deve ser traduzida na prática pedagógica cotidiana. Aprender conceitos é fácil, o difícil mesmo é passar da compreensão para a prática (LUCKESI, 2011. p. 30).

A partir da LDB (1996), surge uma nova proposta curricular para a Educação Infantil com caráter mais pedagógico e educativo e com características semelhantes às do Ensino Fundamental no que tange o desenvolvimento da criança de forma integral na ação avaliativa, porém sem objetivo de promoção.

Desse momento em diante há uma maior relevância acerca da avaliação na Educação Infantil. No entanto, alguns autores, como Hoffmann (1998) e Luckesi (2011) apontam algumas fragilidades que envolvem a prática avaliativa e questionam a postura de profissionais da educação ao se adaptarem com a nova proposta de avaliar o aluno nessa etapa da Educação Básica.

Hoffmann (1998) em sua obra *“Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade”* afirma que:

Alguns fatores que dificultam a superação da prática tradicional, onde alguns educadores em suas crenças demonstram resistência em se adequar ao novo, considerando a ação avaliativa classificatória como o resultado de um ensino de qualidade e que mensura a aprendizagem do aluno. (HOFFMANN, 1998 p.11).

A resistência de alguns professores em adaptar-se ao novo, dificultou novas perspectivas de práticas escolares e avaliativas, o que sugere um reflexo de concepções impostas pela sociedade dentro de instituições levadas a métodos

tradicionais, que lhes impedem de inovarem. Na mesma linha de pensamento, Luckesi (2011) disserta sobre a avaliação classificatória ser instrumento de julgamento, mas não é função distintiva e sim investigativa (LUCKESI, 2011, p. 208).

A Educação Infantil não é diferente das demais etapas da Educação Básica e requer também a escolha de uma abordagem no ato de avaliar. O processo avaliativo é contínuo e pode ocorrer em todas as etapas. No entanto, deve atender às peculiaridades de cada uma dessas etapas respeitando o desenvolvimento do aluno, tratando seus erros como um desafio para o professor aprimorar suas práticas e possibilitar ao educando o direito de construção e reconstrução do conhecimento.

Considera-se que, enquanto prática mediadora do professor, a avaliação poderá se constituir como uma importante aliada que apontará o grau de sucesso, as necessidades de readequação ou redimensionamento de seu trabalho. A avaliação poderá ser uma “seta do caminho” pedagógico em direção à concretização dos objetivos propostos.

Nesse sentido, avaliar,

exige observação longitudinal do processo através de procedimentos diversificados de análise, da proposição de situações complexas de aprendizagem, encadeadas e sucessivas, além da reflexão acerca das múltiplas dimensões que encerram cada resposta ou manifestação de um aluno. (HOFFMANN, 2003, p. 64).

Assim, avaliar é possibilitar ao aluno a construção do seu desenvolvimento, onde, por meio da mediação, o professor deve ser um observador do processo, devendo avaliá-lo utilizando meios adequados que o auxilie a identificar o real conhecimento que a criança possui em sua trajetória escolar.

Hoffmann (2003, p. 92) também considera que:

Avaliar é essencialmente problematizar, não com a intenção de resolver problemas, de chegar sempre a resultados, mas com a intenção de promover

o pensar, a curiosidade, a formulação e reformulação de diferentes hipóteses por alunos diferentes.

A avaliação funciona como uma forma de o professor verificar o andamento das funções educativas, bem como o efeito causado na aprendizagem dos alunos. Portanto, há o risco de avaliar uma criança de maneira equivocada, com instrumentos pré-estabelecidos, no qual o professor não elabora seus próprios conceitos acerca do desenvolvimento da mesma. Sendo assim, é preciso observar o comportamento da criança da Educação Infantil, em especial, a partir de critérios pensados nas especificidades de cada uma para não deixar de contemplar suas habilidades, fator fundamental no processo de aprendizagem.

Nessa etapa da educação, não faz sentido modelos de avaliação tradicionais. O desempenho de cada criança deve ser observado a cada atividade proposta bem como a visão contemplativa de todo processo.

O processo avaliativo é tido como uma forma do professor refletir a relação dos seus métodos de ensino e da observação do processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, e a partir disso, fazer uma reflexão sobre a forma que tem trabalhado e assim procurar aperfeiçoar sua prática.

Conforme a concepção do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) de 1998, a observação e o registro são imprescindíveis para fundamentar a prática docente. Revelam, por meio da especificidade do aluno, uma visão integral do seu desenvolvimento.

De acordo com o RCNEI (1998):

A observação e o registro se constituem nos principais instrumentos de que o professor dispõe para apoiar sua prática. Por meio deles o professor pode registrar, contextualmente, os processos de aprendizagem das crianças; a qualidade das interações estabelecidas com outras crianças, funcionários e com o professor e acompanhar os processos de desenvolvimento obtendo informações sobre as experiências das crianças na instituição. Esta observação e seu registro fornecem aos professores uma visão integral das crianças ao mesmo tempo que revelam suas particularidades. (RCNEI, 1998, p. 58-59).

O professor, em sua prática avaliativa, pode se utilizar de diversos instrumentos, os quais apresentam como principais a observação e o registro, desde que o professor contextualize e relacione com a realidade da criança e suas especificidades, no seu processo escolar, visando o desenvolvimento integral do indivíduo, contemplando o aspecto cognitivo, bem como o socioafetivo.

1.3. Avaliação na Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular

A aprovação da BNCC (2017) trouxe diversas mudanças para a Educação Infantil. Ela é um documento norteador que define o conjunto de aprendizagens e competências que devem ser desenvolvidas pelos alunos durante a Educação Básica. Essa é constituída pela Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio.

Sendo assim, conforme a BNCC:

[...] os alunos devem desenvolver as dez **competências gerais da Educação Básica**, que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BRASIL, 2017, p. 25, grifo do autor).

No âmbito da Educação Infantil, a BNCC assegura o direito de a criança aprender e se desenvolver baseado em eixos estruturantes que implicam interações e brincadeiras. São eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. O documento estabelece cinco campos de experiências na Educação Infantil: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações (BRASIL, 2017, p. 25).

A Educação Infantil subdivide-se em creche (0 a 3 anos e 11 meses) e pré-escola (4 a 5 anos e 11 meses). A função da Educação Infantil consiste na complementação da família, portanto, deve-se valorizar as experiências que as crianças trazem

consigo.

O conhecimento que a criança constrói em seu meio familiar e social precisam ser incorporados às propostas pedagógicas, para que seu desenvolvimento aconteça na íntegra. Preconiza-se uma intencionalidade educativa às práticas pedagógicas tanto da creche quanto na pré-escola.

De acordo com a BNCC:

Ainda, é preciso acompanhar tanto essas práticas quanto às aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças (BRASIL, 2017, p.39).

Na política educacional, o objetivo da BNCC é promover o controle da aprendizagem do aluno, do professor e da instituição de ensino. Nesse sentido, a BNCC não é apenas um documento norteador, e sim uma referência para as escolas adotarem em seus currículos e projetos pedagógicos.

2. Metodologia

Inicialmente é importante destacar que a pretensão metodológica deste estudo, na ocasião da elaboração do projeto de pesquisa, dizia respeito à pesquisa de campo. No referido projeto, eram previstas incursões no campo de investigação tanto quanto contato físico com os sujeitos da pesquisa.

Considerando o momento de excepcionalidade e de saúde pública decorrente da Pandemia provocada pela Covid-19, foi necessária a mudança de percurso, sem, contudo, abandonar o objeto de investigação e o seu objetivo.

Trata-se, portanto, de um estudo de natureza qualitativa, realizado por meio de pesquisa bibliográfica, análise de documentos e aplicação de questionários. Autores

com contribuições na área da Avaliação, como Cipriano Carlos Luckesi, Jussara Maria Lerch Hoffmann, Regina Célia Cazaux Haydt foram revisitados.

Segundo Severino (2007), a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza, a partir do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p.122)

De igual modo, foi realizada a análise de documentos que tratam da avaliação educacional, como a LDB (1996) e a BNCC (2017), dentre outros.

Para a coleta de dados, a pesquisa se utilizou da aplicação de questionários elaborados na Plataforma Google Forms. Esses foram respondidos por cinco profissionais, entre professoras e diretoras, que atuam em Centros Municipais de Educação Infantil localizados na Região Metropolitana da Grande Vitória, no Espírito Santo.

Segundo Marconi e Lakatos (1991, p. 201), “o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

3. Apresentação e Análise dos Dados

Com o objetivo de identificar os principais desafios relacionados à prática da avaliação na Educação Infantil na contemporaneidade é que este estudo se deu. Para isso, a pesquisa, de natureza qualitativa, se utilizou da aplicação de questionários, elaborados com sete perguntas abertas. Esses foram respondidos por cinco profissionais, entre professoras e diretoras, que atuam na Educação Infantil da Rede Pública na Região Metropolitana da Grande Vitória.

As entrevistadas são mulheres com idade entre 41 a 45 anos. O tempo de atuação das profissionais, no magistério, variou de 15 a 24 anos. Quanto ao tempo de

atuação

na Educação Infantil, há uma variação entre 2 anos e 24 anos. Todas as participantes possuem graduação em Pedagogia, bem como Pós-graduação em áreas como Alfabetização e Letramento, Gestão Pedagógica, Psicopedagogia e Educação Infantil.

Para manter o sigilo das identidades das profissionais entrevistadas, elas serão identificadas, neste trabalho, pelas letras “B”, “C”, “D”, “E” e “F”.

As questões abordadas dizem respeito à concepção de avaliação; sua importância na Educação Infantil; como é realizada; quais instrumentos são utilizados para avaliar o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança pequena; o critério para a escolha desses instrumentos; os desafios de avaliar o aluno na individualidade, sem que haja homogeneidade; e como são realizados os registros de observação para o acompanhamento das aprendizagens das crianças.

A primeira pergunta é sobre a concepção que os profissionais têm acerca de avaliação. E as respostas obtidas foram as seguintes: a professora **B** entende “a avaliação como um processo contínuo e de observações com registros diários”; a professora **C** como “possibilidade de analisar o percurso e propor novos caminhos”; para a gestora **D** é “sócio interacionista”; a gestora **E** entende como “processo, avanços, melhoria de metodologia”; para a professora **F** “avaliar é fundamental. Aponta para a observação e planejamento”.

No livro “*Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista*”, de Jussara Hoffmann (2013), uma afirmativa importante:

Minhas investigações sobre avaliação sugerem fortemente que a contradição entre o discurso e a prática de alguns educadores e, principalmente, a ação classificatória e autoritária, exercida pela maioria, encontra explicação na concepção de avaliação do educador, reflexo de sua história de vida como aluno e professor (HOFFMANN, 2013, p. 16).

Quanto às concepções sobre avaliação, as entrevistadas têm opiniões relativamente semelhantes. Respondem que a avaliação é um processo que consiste em observação e análise dos registros, o que possibilita mudanças metodológicas no

planejamento e na prática docente, quando necessário. Uma

delas relacionam a avaliação com a proposta sociointeracionista. Isso indica que ela direciona seu olhar para o processo de aprendizagem e desenvolvimento do educando com foco na importância da interação do sujeito com as pessoas e o meio em que vive.

Nota-se que as profissionais entendem que a avaliação possibilita a orientação e reorientação de seu próprio trabalho, sua práxis. Conforme Haydt (2008, p. 288) “[...] a avaliação dos avanços e dificuldades dos alunos na aprendizagem fornece ao professor indicações de como deve encaminhar e reorientar a sua prática pedagógica, visando aperfeiçoá-la.”

A segunda pergunta refere-se à importância da avaliação em Educação Infantil. E para a professora **B** é “poder contribuir para a formação histórica e cultural dessa criança, proporcionando atividades diversas que favoreçam avaliar no coletivo e individual as ações lúdicas que desenvolvemos com os pequenos”. A professora **C** responde que é importante para “acompanhar o desenvolvimento das crianças e promover progressos a partir dos objetivos propostos”. Para a gestora **D** é “fundamental sobretudo como feedback para a práxis de todos os envolvidos no processo”. Para a gestora **E**, significa “rever metodologias, identificar avanços para poder propor novos conhecimentos”. Segundo a professora **F** pode-se “propor muitas vivências e experiências, que farão sentido, depois de avaliar as propostas que inicialmente foram planejadas, exemplo o acolhimento e as apresentações no início do ano letivo ou no ingresso da criança e, é importante observar a criança, seus interesses, suas necessidades, seu comportamento”.

Quanto à importância da avaliação em Educação Infantil, as entrevistadas direcionam suas respostas para o processo de construção do saber das crianças, na relevância do acompanhamento do desenvolvimento do sujeito, para rever e reavaliar as propostas estabelecidas, possibilitando às crianças novas oportunidades de aprendizagem por meio dessa prática mediadora. Sendo assim, percebe-se que os profissionais compreendem a importância da avaliação da criança pequena como um processo contínuo, que deve ser pensado e planejado objetivando o desenvolvimento integral das crianças, em seus aspectos cognitivo, socioafetivo e psicomotor. Contudo, é preciso que essa compreensão reflita em suas práticas.

Segundo Haydt (2008), a avaliação:

[...] considera o aluno como um ser total e integrado e não de forma compartimentada. Assim, ela deve analisar e julgar todas as dimensões do comportamento, incidindo sobre os elementos cognitivos e também sobre o aspecto afetivo e o domínio psicomotor. (HAYDT, 2008, p. 288).

A terceira pergunta é sobre como é realizada a avaliação das crianças na Educação Infantil. A professora **B** responde que ela é realizada “por registros descritivos, com sondagens diárias junto às crianças”. A professora **C** “a partir de relatórios individuais”. A gestora **D** “através da observação e registros escritos vídeos e fotos, além dos diálogos entre os protagonistas”. A gestora **E** “através de relatórios descritivos”. A professora **F** “por meio da observação, e de propostas para essa finalidade”.

Quanto à realização da avaliação das crianças na Educação Infantil, a maior parte das entrevistadas relatou que faz a observação diariamente de maneira informal, já que não apresentaram nenhuma forma de registro diário, citando apenas a ficha descritiva ou os relatórios semestrais, enquanto duas das profissionais citaram com bastante clareza que realizam o registro diário de cada criança, por meio de cadernos com a descrição das atividades e fotos, bem como por meio de gravações de vídeo.

Entende-se a importância da observação e do registro no processo avaliativo, pois por meio desses instrumentos é possível analisar as individualidades e especificidades dos sujeitos para poder proporcionar aprendizagens significativas.

Nesse contexto, o RCNEI (1998) nos mostra que:

São várias as maneiras pelas quais a observação pode ser registrada pelos professores. A escrita é, sem dúvida, a mais comum e acessível. O registro diário de suas observações, impressões, idéias etc. pode compor um rico material de reflexão e ajuda para o planejamento educativo. Outras formas de registro também, podem ser consideradas, como a gravação em áudio e

vídeo; produções das crianças ao longo do tempo; fotografias etc.(RCNEI, 1998, p. 59).

A quarta pergunta é relacionada aos instrumentos que são utilizados para avaliar o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança pequena. Foram obtidas as seguintes respostas: a professora **B** utiliza “sondagens, registros individuais e coletivos, culminância de ações...”. A professora **C** “diferentes vivências com múltiplos recursos no decorrer do semestre.”. A gestora **D** “registros escritos, fotos, vídeos e conversas com os pares para perceber os detalhes intrínsecos em seu processo de aprendizagem”. A gestora **E** “sondagem do desenho, da escrita, rodas de conversa, jogos educativos, projetos trabalhados em sala.”. A professora **F** “as brincadeiras, a música, a leitura, os cantinhos temáticos, os jogos, em todo os movimentos da criança. O relatório de avaliação é feito semestralmente para registro dessas observações do processo de aprendizagem”.

Quanto aos instrumentos utilizados para avaliar o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança pequena, as entrevistadas responderam que utilizam-se da observação como instrumento no processo avaliativo, pois essa observação das vivências das crianças possibilita perceber tanto as ações individuais quanto coletivas, mas em relação à frequência dos registros há diferenças, pois apenas duas fazem o registro diariamente.

Hoffmann (2004, p. 133) preconiza que “dossiês/portfólios tornam-se instrumentos mediadores à medida que contribuem para entender o processo do aluno e apontar o professor novos rumos”. Logo, é preciso fazer o registro com frequência.

A quinta pergunta diz respeito ao critério utilizado para a escolha desses instrumentos. A professora **B** escolhe “de acordo com a proposta de trabalho com aquela turma específica, às crianças nos respondem a cada ação e nos possibilita a escolha desses instrumentos”. A professora **C** opta por “recursos que promovam diferentes estímulos às crianças”. Para a gestora **D** é emergente “de estudos e constatações da área de atuação”. Já o critério da gestora **E** é “trabalhos individuais ou em grupos através de interações e brincadeiras”. Para a professora **F** “é pensar a criança em sua integridade”.

Quanto ao critério utilizado para a escolha dos instrumentos avaliativos, as entrevistadas não apresentam, de forma clara, seus argumentos. Isso nos leva a questionar sobre a real função do processo avaliativo nessa etapa de ensino. Conforme as DCNEIs, tais critérios devem ser previamente estabelecidos e devem levar em conta “a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano” (Brasil 2010, p. 29). Contudo, podem ser utilizados instrumentos como fotos, vídeos, fichas descritivas para acompanhar e registrar o desenvolvimento da criança pequena, para que não haja interpretações equivocadas.

A sexta pergunta é sobre os desafios de avaliar o aluno na individualidade, sem que haja homogeneidade. Para a professora **B** é “perceber algo que o diferencia de outro aluno propondo desafios diversificados e desafiadores”. Para a professora **C** “exige constante observação e atenção. A promoção de momentos diversificados que possibilitem avaliar diversas habilidades importantes ao desenvolvimento infantil”. Já para a gestora **D** é “sobretudo evitar comparações e estereótipos”. A gestora **E** responde que “considerando que cada um aprende de uma forma, precisamos entender como se dá este processo de aprendizagem; outro desafio são as salas de aula muito cheias”. Para a professora **F** “o desafio é sempre pensar que cada criança é diferente geneticamente e socialmente.”

Quanto aos desafios de avaliar o aluno na individualidade, sem que haja homogeneidade, as entrevistadas ponderam tais desafios, citando questões como salas de aula muito cheias e observações realizadas em aula, mediante a oferta de momentos diversificados. Ademais, as profissionais não trazem detalhamentos sobre planejamento, o qual incide na tomada de decisão que resulta em suas práticas pedagógicas e avaliativas, tal como formas, estratégias, métodos ou outros instrumentos, além das observações realizadas por elas para fazer o registro desses alunos em suas individualidades.

De acordo com Hoffmann (2004, p.132) “entender processos individuais de aprendizagem e valorizar diferenças entre os alunos exigem registros que favoreçam a análise de singularidades e peculiaridades de desenvolvimento.”

A sétima e última pergunta é sobre como são realizados os registros de observação para o acompanhamento das aprendizagens das crianças. A professora **B** observa as “interações, socialização, momentos de brincadeiras individuais e no coletivo, durante jogos e propostas que favoreçam observar esse aluno e realizar essa avaliação com um registro único e fiel desse aluno”. A professora **C** registra “em instrumentos próprios que geralmente contém os objetivos estabelecidos nas vivências propostas além dos registros pessoais a partir da observação diária”, enquanto a gestora **D** faz os registros “durante todo o semestre informalmente sendo organizado e formalizado através de fichas descritivas semestrais”; a gestora **E** registra “de acordo com a atividade proposta semanalmente. Cada criança tem seu caderno de registros onde é possível colocar a data, o nome da atividade e fazer as considerações. A professora **F** em “relatório de avaliação semestral”.

Quanto à realização dos registros de observação para o acompanhamento das aprendizagens das crianças, as entrevistadas utilizam fichas descritivas ou relatórios contendo o registro semestral das atividades desenvolvidas pela criança. Algumas, utilizam instrumentos próprios para fazer o acompanhamento das aprendizagens diárias do aluno, fazendo uso de caderno ou portfólios; outras, já realizam esse acompanhamento de maneira informal. No entanto, percebe-se que quando não são feitas anotações diárias das aprendizagens dos alunos, pode-se comprometer o processo avaliativo, visto que o professor poderá não se recordar dos detalhes do desenvolvimento do aluno. Segundo Hoffmann (2004, p.135) “não há como acompanhar vários alunos ao mesmo tempo sem registros diários e contínuos, articulados em tempos e significados”.

A partir da leitura e análise dos resultados obtidos, observou-se que as respostas apresentavam-se com semelhanças em alguns aspectos, principalmente no que se refere à observação como parte do processo avaliativo nesta primeira etapa da Educação Básica.

Nesse contexto, duas profissionais citaram com bastante clareza como realizam o registro diário de cada criança, sendo por meio de cadernos com a descrição das atividades, fotos e vídeos. As demais relataram que fazem observação diariamente de maneira informal, já que não apresentaram nenhuma forma de registro diário, citando a ficha descritiva ou relatórios semestrais.

No entanto, a observação é um importante instrumento para a avaliação, desde que o professor faça os registros de observação do processo de desenvolvimento da criança frequentemente, colocando-a no centro do processo, pois assim será possível perceber as dificuldades e habilidades de cada uma e trabalhar a partir daí. Mas, muitas vezes não há a compreensão da real função da avaliação na Educação Infantil, visto que é necessária mais clareza no ato de avaliar.

4. Considerações Finais

A avaliação, de modo geral, é um tema de grande complexidade e abrangência na Educação. Na Educação Infantil, não é diferente! A partir deste estudo, que proporcionou uma série de análise e reflexões, observamos que as participantes têm conhecimento da teoria da avaliação tanto quanto das orientações técnicas inerentes à execução dela na prática pedagógica. Apesar disso, por meio das respostas, nota-se que nem todas as entrevistadas fazem uso delas no cotidiano.

Este estudo nos possibilitou compreender que o ato de avaliar é inerente ao trabalho do professor, permitindo que ele reflita sobre sua própria prática. No entanto, nem todas as participantes desta pesquisa fazem os registros diários dos seus alunos, dificultando assim suas práxis e perdendo momentos importantes do processo avaliativo.

A leitura de autores como Cipriano Carlos Luckesi, Jussara Maria Lerch Hoffmann e Regina Célia Cazaux Haydt, que abordam concepções e fragilidades das práticas avaliativas, foi fundamental para ampliar a compreensão do tema tanto quanto analisar os dados do estudo. As questões levantadas por alguns desses teóricos demonstram que, atualmente, muitos profissionais não conseguem se desprender de métodos tradicionais que os impedem de inovar suas práticas pedagógicas.

O estudo foi de extrema importância para reafirmarmos a nossa hipótese inicial: a avaliação, especialmente na Educação Infantil, tem papel fundamental. Além de instrumento de acompanhamento do processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança é ferramenta capaz de potencializar o planejamento e a mediação pedagógica.

Referências

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil / Secretaria de Educação Básica. Brasília: 2010.

BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*, Vol. 3. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. *Avaliação do processo ensino-aprendizagem*. 6ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2008.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. 14ª ed. Porto Alegre: Educação Realidade, 1998.

_____. *Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista*. 43ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

_____. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. 4ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

_____. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. 5ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23ª ed. Rev. atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.